



A LUTA NÃO PODE CONFINAR

Plataforma Antifascista de Lisboa e Vale do Tejo

Durante a atual situação sanitária, Portugal confronta-se com uma contradição importante e fraturante para a sociedade: nunca o papel da mulher foi tão importante como agora. A sociedade, porém, presa e agarrada a um ideário conservador do papel da mulher na sociedade, com um forte cariz e influência salazarista, insiste em ignorar e minimizar o papel da mulher e das suas lutas, associando o feminismo a algo negativo, censurável, radical e pouco feminino. Isso a par de vivermos numa sociedade de matriz capitalista, onde o objetivismo vence e o individualismo subjuga as lutas coletivas (como não recordarmos das palavras: "Eu não sei o que é a sociedade, só conheço indivíduos e famílias."), na qual o papel da luta feminista é constantemente ridicularizado e atacado, onde às mulheres é exigido que acedam a serem apenas belas, re-cata-das e do lar.

A luta não deve confinar pois, como recentemente Lígia Amâncio alertava Ana Sá Lopes no Público, 90% do trabalho doméstico em Portugal ainda é da responsabilidade das mulheres e ainda se entende esse trabalho como única e exclusiva competência feminina e, consequência de não termos ainda debatido como sociedade o ideário conservador sobre o papel da mulher que nos foi imposto, espera-se que as mulheres cumpram esse papel mesmo quando tanto ela como o marido, na-

morado ou companheiro trabalhem fora, pois é isso que lhes compete. Ou mesmo no cenário atual, onde o teletrabalho e o encerramento das escolas e creches exige apenas às mulheres o desempenho do papel de trabalhadora, mãe, professora e doméstica, todos eles em simultâneo.

A luta não deve confinar, pois embora vivamos todos numa numa sociedade onde, e para falarmos apenas da atualidade, a maioria daqueles que constituem a tão chamada "linha da frente" de combate à crise sanitária é maioritariamente constituída por mulheres, constituindo 55% do pessoal Médico - segundo o PORDATA - a par de 82% dos Enfermeiros em atividade (INE - Estatísticas da Saúde 2017), produzem-se ainda textos, peças e crónicas a insultar uma mulher por se assumir como feminista e se propaga a ideia de que deve se resumir a um papel doméstico, onde se defende que devem se reconhecer apenas como femininas, mas não feministas. Onde é encarado com naturalidade o facto de um deputado e candidato à Presidência da República, atacar várias de suas adversárias políticas, fazendo pouco das mesmas como mulheres, não se coibindo de adjetivar as mesmas de histéricas, por exemplo.

Como podemos condenar a luta organizada pela igualdade de género e pedir que a luta não saia à rua nesse 8 de Marços, quando às mesmas mulheres que constituem também a maior parte

dos trabalhadores dos setores mais essenciais nos vários e consecutivos Estados de Emergência que temos vivido - representando 57% da força de trabalho no setor terciário em Portugal (segundo o PORDATA), representando assim a maioria dos trabalhadores em setores como o Comércio, as Limpezas, os Serviços Sociais, na Educação e etc, - ainda se exige que aceitem a situação de trabalharem praticamente 53 dias sem receber durante um ano, face a disparidade de vencimentos entre os géneros?

Como podemos aceitar que a luta não saia à rua, quando, muito embora a Democracia em Portugal tenha integrado a mulher no seu ordenamento jurídico - assegurando-lhe o direito à igualdade, o direito à proteção e o combate à discriminação - não combateu (e nem combate eficazmente) a desigualdade de género, tolerando mesmo a situação atual onde o crime de violência doméstica ainda é encarado como se de um crime menor se tratasse?

A luta não deve confinar pois, a juntar-se a todos os aspetos elencados atrás, a extrema-direita e os seus sequazes se esforçam também por combater a importância do feminismo e da mulher na construção de uma sociedade mais democrática, mais igualitária e mais diversa.

Por essas e muitas outras razões, o 8 de março faz-se na RUA!

A REVOLUÇÃO FEMINISTÁ NA ARGENTINA

Núcleo Antifascista de Aveiro



A 8 de Março de 1984, María Elena Oddone segurava um cartaz que ainda hoje é citado. Dizia “No a la maternidad, sí al placer”. Foi um marco na história do feminismo e, desde então, a luta pela despenalização do aborto na Argentina nunca mais parou. Oddone afirmava com clareza: “ninguém precisa de nos explicar os três pilares sobre os quais se assenta a opressão feminina: maternidade, sexualidade e trabalho doméstico”.

Às 4 horas e 7 minutos da madrugada do dia 30 de dezembro de 2020, o Senado Argentino aprovou a descriminalização do aborto até às 14 semanas no país com 38 votos a favor, 29 contra e uma abstenção. Para além disso, foi aprovado um prazo máximo de dez dias entre a solicitação da interrupção da gravidez e a sua concretização. Não foi, no entanto, uma conquista fácil. A proposta tinha já sido recusada oito vezes, tendo sido a última em 2018. Com esta aprovação no ano de 2020, a Argentina torna-se o primeiro grande país da América Latina a aprovar a interrupção voluntária da gravidez. No país, já há 99 anos que era legal abortar apenas em casos de violação, de malformação do feto ou de risco para a saúde ou vida da mãe. Claro que, devendo a médicos com mentalidades conservadoras, a lei era mais vezes ignorada do que aplicada nos casos em que a IVG era permitida. Dados mostram que, anualmente, cerca de 40 mil mulheres são hospitalizadas na Argentina por complicações ligadas a abortos não seguros, clandestinos. Desde 1983, registaram-se 3.000 mortes derivadas destas complicações.

A REAÇÃO DO CONSERVADORISMO

A discussão sobre o aborto não devia sequer existir, de tão óbvia que é a solução: a legalização ou não do aborto é sobre a liberdade ou falta dela de tantas pessoas por esse mundo fora. Como é óbvio, num país tão conservador como a Argentina, este ato (que devia ser um direito adquirido de todas nós) encontra resistência na Igreja Católica, extremamente influente no país, e na direita. O próprio Papa Francisco, argentino, questiona se realmente se pode considerar “justo eliminar uma vida humana para resolver um problema”. É também importante, no entanto, lembrar que, durante a ditadura militar, a Igreja Católica não questionou a tortura de mulheres grávidas ou o rapto e venda de recém-nascidos filhos de mulheres presas.

A LUTA POR UM DIREITO BÁSICO

Claramente, num país tão conservador, a conquista da legalização da interrupção voluntária da gravidez não caiu do céu. Foi, sim, o resultado de anos e anos de luta, revolta e protestos de mulheres que exigem a possibilidade de exercer o seu poder de escolha, um direito que não é garantido em todo o mundo. Algumas sondagens apontam que 70% das mulheres argentinas apoiam a descriminalização total do aborto.

A Maré Verde - o movimento feminista que defende o direito ao aborto seguro, livre, universal e gratuito e que luta pelo fim do estigma social criado em torno da mulher que exerce o direito de decisão sobre si própria e sobre o seu corpo – não desistiu e, imparável, con-

seguiu. Consegiu que fosse legal uma mulher escolher o rumo que quer dar à sua vida. Consegiu que deixasse de se julgar criminalmente mulheres que disfrutam da possibilidade de terem filhos (ou não) quando querem. Contudo, a direita argentina e quem se manifesta claramente anti-aborto também não desistem e lançaram uma “Maré Celeste” – um movimento que usa bocinças ensanguentadas e mutiladas e passagens bíblicas para coagir mulheres que desejem abortar a não o fazem e para marcar as que o fazem como “assassinas”, “pecadoras”, “criminosas”. Ainda assim, o feminismo ganhou e a sociedade patriarcal e com desejo constante de controlar a vida das mulheres perdeu. As mulheres argentinas ganharam uma batalha numa guerra infundável contra o patriarcado.

Em todos os países onde a IVG não é legal, sabe-se que quem mais sofre são as mulheres pobres, da classe trabalhadora. São as mulheres que não têm as posses suficientes para pagar o aborto mais seguro possível dentro da clandestinidade, que ainda assim é inseguro e muitas vezes fatal. A classe trabalhadora é sempre quem mais sofre, e dentro da mesma as mulheres sofrem a dobrar pela sociedade misógina em que vivemos, que despreza os seus direitos e as suas vontades desde o princípio dos tempos.

A RUA solidariza-se com as mulheres argentinas e com as de todo o mundo que continuam a lutar diariamente pelos seus direitos, mesmo com todos os obstáculos impostos pelo machismo.



“Tal decisão significaria que o aborto seria apenas permitido em casos de violação, incesto ou ameaça à vida da mãe, uma decisão que endurecia ainda mais as leis de aborto da Polónia, que eram já das mais rígidas da Europa.

Os valores conservadores e nacionistas assumiram um papel proeminente na vida pública na Polónia desde que o PiS chegou ao poder em 2015: a transgressão da Constituição, a cumplicidade com o holocausto, a ameaça aos direitos LGBTI+.

No dia 22 de outubro, o Tribunal Constitucional determinou a inconstitucionalidade do aborto por malformação do feto – a causa da maioria dos poucos abortos realizados legalmente no país. Tal decisão significaria que o aborto seria apenas permitido em casos de violação, incesto ou ameaça à vida da mãe, uma decisão que endurecia ainda mais as leis de aborto da Polónia, que eram já das mais rígidas da Europa. A partir daí, as ruas de Varsóvia foram ocupa-

das todos os dias por milhares de manifestantes. Em 2019, 1074 dos 1100 abortos realizados na Polónia deveram-se a malformações do feto. O acesso ao aborto já teria diminuído mesmo sem as restrições legislativas, uma vez que vários médicos se recusavam a realizar o procedimento por motivos religiosos. Mas agora é impossível as mulheres na Polónia terem acesso ao aborto, a não ser em casos de violação, incesto ou de perigo de vida para a mãe ou do bebé.

É revoltante que, em pleno século XXI, ainda existam pessoas e governos a querer forçar as mulheres a serem as típicas fadas do lar, que só servem para dar à luz, a serem submissas à vontade desta sociedade patriarcal e machista. Embora seja um tema controverso, a maioria das mulheres quer ter o direito à escolha, um direito básico.

O que este tipo de medidas causa é um aumento de tratamentos ilegais, que por norma gera problemas futuros de saúde ou mesmo morte. E, como é óbvio, afetará ainda mais as mulheres da classe trabalhadora, pobres, que terão de dar à luz contra a sua vontade, sem meios de sobrevivência dignos para ela e a(s) sua(s) criança(s).

A União Europeia rege-se pelos direitos iguais, pela liberdade e pela defesa dos mais “fracos”, mas temos aqui um exemplo de um país europeu onde os direitos das mulheres (e não só) continuam a ser atacados! Como mulheres, exigimos ter a liberdade de escolher por nós, pelos nossos corpos e pela nossa vida.

POLÓNIA: DIREITOS DAS MULHERES SOB ATAQUE

Plataforma Antifascista de Lisboa e Vale do Tejo



POESIA NA RUA

Seleção Núcleo Antifascista de Barcelos

pensei
que a liberdade vinha com a idade
depois pensei
que a liberdade vinha com o tempo
depois pensei
que a liberdade vinha com o dinheiro
depois pensei
que a liberdade vinha do poder
depois percebi
que a liberdade não vem
não é coisa que lhe aconteça
terei sempre de ir eu

SÓNIA BALACÓ



O FASCISMO COMBATE-SE NA RUA

A RUA pauta-se pela unidade e organização na ação contra o fascismo, machismo, racismo, xenofobia, LGBTQ+fobia e todas as outras formas de opressão. Junta-te a nós.

20 DE MARÇO



A RUA juntou-se à iniciativa internacional do dia 20 de Março - Dia mundial contra o racismo.

Junta-te a nós na construção deste dia de luta.

Podes saber mais no nosso site, ou em worldagainstracism.org



SEM LEGENDA

RITA OSÓRIO

CONTACTA-NOS

[fb.com/Redeunitariantifascista](https://www.facebook.com/Redeunitariantifascista)

[@redeunitariaantifa](https://www.instagram.com/redeunitariaantifa)

www.antifascistas.pt

redeunitariaantifascista@protonmail.com